

Estudo Técnico Preliminar vinculado ao Processo Administrativo nº _____/2026

1 - Responsável(is) pela elaboração do ETP :

Realizado por (Nome/Razão Social): Fernando Luiz Failla. Matrícula 82/ CPF:823.755005-63 (x)
Servidor Público Consorcio () Empresa terceirizada.

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I):

Objeto da contratação:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de link de internet dedicado de 600 Mbps, via fibra óptica/rádio, com 05 (cinco) IPs públicos, incluindo instalação, configuração, manutenção e suporte, para a Policlínica Regional de Saúde de Simões Filho/BA.

3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):

O Consórcio se encontra em fase de elaboração do Plano de Contratação Anual, conforme previsão na Lei 14.133/2021, assim essa contratação será anotada em registro próprio da Consorcio para utilização futura no Plano de Contratações Anual.

4 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III):

Qualificação Técnica - deverão apresentar:

- I. Proposta Comercial
- II. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III. Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- IV. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- VII. Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.
- VIII. Comprovação através da apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta contratação.



- IX. DECLARAÇÃO informando número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco), cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos
- X. DECLARAÇÃO informando endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- XI. DECLARAÇÃO de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99).
- XII. Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- XIII. Documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.2 – Requisitos básicos:

- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de atestado de capacidade técnico operacional que comprove a prestação anterior de serviço similar, emitido por órgão da administração pública ou empresa privada, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário, o número do CPF, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da administração;
- Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- Apresentar declaração, assinada por seu representante legal, atestando que o serviço de internet atenderá à legislação vigente e às normas da Anatel, bem como que o link dedicado será proveniente de operadora devidamente autorizada pelo referido órgão, responsabilizando-se pelas informações prestadas;

4.1 Requisitos Técnicos

- Link de internet dedicado de no mínimo 600 Mbps;
- A conexão deverá ser realizada prioritariamente via fibra óptica;
- Garantia de banda contratada (1:1);
- Disponibilização de 05 (cinco) IPs públicos fixos;
- Baixa latência e alta disponibilidade;
- Monitoramento contínuo do link;
- Suporte técnico 24x7 ou conforme definido no Termo de Referência;
- SLA com índices mínimos de disponibilidade e tempo de resposta.
- Deverá possuir link de redundância via Rádio;
- O custo mensal será fixo, independente do volume de dados trafegados.



4.2 Requisitos Operacionais

- Instalação e configuração inicial sem ônus adicional;
- Manutenção preventiva e corretiva incluídas no contrato;
- Atendimento técnico remoto e presencial, quando necessário;
- Comunicação prévia sobre manutenções programadas.
- Deverão estar incluso obrigatoriamente nos links os serviços de: firewall, sd-san, QoS, Roteamento, single sign-on, filtro de conteúdo web, antivírus Gateway, IPS, SSL, Controle de aplicações, Sandbox, Monitoramento, relatórios, suporte, Manutenção e operação.
- O link deverá possuir um firewall individual com padrões restritivos e regras de acesso aos equipamentos, ou seja, firewall stateful;
- Configuração e gestão da rede;

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV) :

As quantidades estimadas solicitadas seguiram parâmetros baseados na necessidade Policlínica Regional de Saúde em Simões Filho, bem como, nas quantidades utilizadas em anos anteriores e nas necessidades atuais de serviços da unidade.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD ESTIMADA ANUAL
1	Fornecimento de link de internet dedicado de 600 Mbps full, com disponibilização de 05 IPs públicos fixos, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.	MÊS	12

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V):

Foram analisadas as soluções disponíveis no mercado de telecomunicações, observando-se que o fornecimento de link dedicado é a alternativa mais adequada para unidades de saúde de média e alta complexidade, por oferecer:

- Garantia de banda;
- Maior estabilidade em comparação a links compartilhados;
- SLA formalizado;
- Suporte técnico especializado;
- Maior segurança da informação.

Soluções como links banda larga convencionais ou móveis não atendem de forma adequada à criticidade e ao volume de dados trafegados pela Policlínica.



A contratação de link dedicado de 600 Mbps com IPs públicos é a solução que melhor atende às necessidades técnicas e operacionais da unidade, garantindo desempenho, confiabilidade e continuidade dos serviços essenciais. A escolha se justifica pela criticidade das atividades desenvolvidas, pela dependência dos sistemas informatizados e pela necessidade de atendimento ininterrupto à população.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI) :

Será realizada pela equipe do consórcio.

8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII)

Atender às solicitações nos prazos estipulados;

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de conectividade à internet dedicada, com link principal em fibra óptica e redundância por rádio, incluindo implantação, operação, monitoramento, manutenção, suporte técnico contínuo e disponibilização de toda a infraestrutura necessária, em regime de comodato, conforme especificações a serem definidas no Termo de Referência.

A solução visa assegurar acesso permanente, exclusivo, estável, seguro e de alta disponibilidade à internet, com velocidade mínima dedicada de 600 Mbps, simétrica para download e upload, atendendo de forma contínua às demandas administrativas, assistenciais e operacionais da Policlínica Regional de Saúde de Simões Filho/BA, cuja operação depende diretamente de sistemas informatizados, comunicação institucional e integração com plataformas do Sistema Único de Saúde (SUS).

O escopo da solução abrange a instalação e ativação do link dedicado, a disponibilização de conexão redundante, o fornecimento de endereços de IP público, bem como a implantação de equipamentos, softwares, racks e demais recursos tecnológicos necessários ao funcionamento da rede, além da configuração, gerenciamento e monitoramento contínuo da infraestrutura, com adoção de mecanismos de segurança da informação, tais como firewall, controle de acesso e filtros de conteúdo.

A prestação do serviço deverá ocorrer de forma contínua e ininterrupta, com monitoramento 24x7, suporte técnico especializado, manutenções preventivas e corretivas e prazo máximo de restabelecimento de até 2 (duas) horas, reduzindo riscos operacionais e assegurando a continuidade dos serviços de saúde.

A contratada será responsável de forma integral pela infraestrutura de conectividade, manutenção dos equipamentos, suporte técnico e conformidade regulatória, garantindo a qualidade, a legalidade e o desempenho da solução durante toda a vigência contratual.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, observadas integralmente as especificações técnicas, os níveis de serviço e as condições estabelecidas, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, assegurando eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.



9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII) : Padronização tecnológica

A opção pelo não parcelamento da solução mostra-se técnica e operacionalmente necessária, tendo em vista que o objeto da contratação configura-se como um serviço integrado, contínuo e indissociável, cuja eficiência, segurança e confiabilidade dependem da atuação coordenada de um único fornecedor.

A prestação do serviço de conectividade dedicada envolve um conjunto de atividades interdependentes, que compreendem a implantação da infraestrutura física, fornecimento e configuração de equipamentos, gestão da rede, monitoramento contínuo, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e garantia de níveis mínimos de serviço. O fracionamento do objeto poderia comprometer a responsabilização clara pela qualidade, desempenho e disponibilidade do serviço, dificultando a gestão contratual e a apuração de falhas.

Além disso, a solução demanda redundância de links, integração de tecnologias distintas (fibra óptica e rádio) e mecanismos de segurança da informação, cuja operação exige gestão centralizada, padronização de protocolos e compatibilidade técnica entre os componentes. O parcelamento poderia gerar riscos de incompatibilidade técnica, conflitos de responsabilidade, aumento de falhas operacionais e maior tempo de indisponibilidade, impactando diretamente as atividades administrativas e assistenciais da Policlínica.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento não se mostra vantajoso, pois tende a elevar os custos globais da contratação, em razão da duplicidade de estruturas, sobreposição de contratos, necessidade de múltiplos pontos de gestão e aumento dos custos administrativos e operacionais, contrariando o princípio da economicidade.

Ressalta-se, ainda, que se trata de serviço de natureza contínua e essencial, cuja interrupção ou instabilidade pode comprometer o acesso a sistemas do Sistema Único de Saúde (SUS), o registro de atendimentos, a emissão de laudos e a continuidade da assistência à saúde, o que reforça a necessidade de responsabilidade integral e centralizada por parte da contratada.

Dessa forma, o não parcelamento da solução está devidamente justificado nos aspectos técnico, operacional, econômico e gerencial, atendendo ao disposto no art. 40, inciso V, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, ao assegurar maior eficiência, segurança, economicidade e continuidade do serviço público, sem prejuízo à competitividade do certame.

10- Demonstrativo dos Resultados Pretendidos – Art. 18, §1º, IX da Lei 14.133/2021

Com a contratação da solução proposta, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir conectividade contínua, estável, segura e de alta disponibilidade para a Policlínica Regional de Saúde de Simões Filho/BA;
- Assegurar o funcionamento adequado e ininterrupto dos sistemas informatizados, incluindo plataformas do Sistema Único de Saúde (SUS), sistemas de regulação, prontuários eletrônicos, emissão de laudos e demais aplicações assistenciais e administrativas;
- Reduzir riscos operacionais decorrentes de falhas ou indisponibilidade de acesso à internet;
- Melhorar a eficiência operacional, a qualidade dos serviços prestados e a segurança da informação;



- Assegurar rapidez no atendimento e no fluxo de informações, contribuindo para a melhoria da assistência à saúde ofertada à população;
- Garantir previsibilidade, controle e mensuração da qualidade do serviço por meio de níveis mínimos de serviço (SLA) e monitoramento contínuo;
- Promover o uso racional dos recursos públicos, com economicidade e eficiência, por meio de solução integrada e de responsabilidade única da contratada.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X):

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, nos termos da legislação vigente;
- Garantir que os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização possuam conhecimentos básicos compatíveis com a natureza do objeto, especialmente quanto ao acompanhamento de níveis de serviço, prazos de atendimento e disponibilidade do link;
- Definir fluxos internos para abertura de chamados, acompanhamento de ocorrências e validação dos serviços prestados;
- Assegurar a disponibilidade de espaço físico adequado para instalação dos equipamentos e infraestrutura necessária.

Ressalta-se que não se faz necessária capacitação específica adicional, uma vez que a fiscalização do contrato será predominantemente administrativa e por resultados, baseada em indicadores objetivos de desempenho, relatórios periódicos e cumprimento de níveis de serviço, os quais são compatíveis com as atribuições rotineiras dos servidores designados.

12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI):

Não há previsão de contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto deste ETP.

A solução proposta contempla de forma integrada e completa todos os elementos necessários à prestação do serviço de conectividade, incluindo infraestrutura, equipamentos, suporte técnico, manutenção e monitoramento, não dependendo de outras contratações para sua plena execução.

Eventuais contratos existentes relacionados a sistemas informatizados ou serviços de tecnologia da informação não possuem interdependência técnica ou operacional direta com o objeto desta contratação, limitando-se à utilização da conectividade como meio de acesso.

13 – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII) :

A contratação proposta apresenta baixo impacto ambiental, uma vez que se trata predominantemente de serviço de natureza tecnológica e de conectividade, sem geração significativa de resíduos ou consumo intensivo de recursos naturais.

Ainda assim, serão observadas as seguintes medidas mitigadoras e boas práticas ambientais:



- Utilização de equipamentos com maior eficiência energética, sempre que possível;
- Fornecimento de equipamentos em regime de comodato, reduzindo a necessidade de aquisição e descarte pela Administração;
- Responsabilidade da contratada quanto à manutenção, substituição e descarte ambientalmente adequado de equipamentos, peças e componentes, observando as normas ambientais e a legislação vigente;
- Adoção de práticas que minimizem a necessidade de deslocamentos técnicos desnecessários, priorizando monitoramento remoto;
- Observância, quando aplicável, de logística reversa para desfazimento, reaproveitamento ou reciclagem de equipamentos e resíduos eletrônicos.

Dessa forma, conclui-se que a solução é ambientalmente adequada, alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, do uso racional de recursos e da responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

14 – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII)

Considerando a natureza essencial e contínua dos serviços de saúde, a necessidade de garantir o pleno funcionamento do parque tecnológico, bem como os impactos positivos da contratação em termos de **economicidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros**, conclui-se que:

A contratação de empresa para fornecimento de serviço de fornecimento de link de internet mostra-se plenamente adequada e necessária para o atendimento da demanda existente, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Tal contratação assegura a operacionalidade contínua do equipamento, evita interrupções nos atendimentos, reduz custos decorrentes de processos fragmentados e contribui para a qualidade dos serviços de diagnóstico por imagem prestados à população.

Assim, considera-se adequada e vantajosa a contratação, pois ela permite o atendimento direto da necessidade institucional, com segurança, previsibilidade de execução, controle, e observância dos princípios que regem a administração pública, em especial a eficiência, a legalidade, a economicidade e a responsabilidade socioambiental.

Simões Filho, 16/04/2026,

**Fernando Luiz Failla
Diretor Geral da Policlínica**

